



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2024

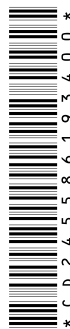
(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Dr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos sobre um curso de formação em Direitos Humanos ministrado para Polícia Rodoviária Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX^a. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II e 219 do Regimento Interno a Câmara dos Deputados, ainda com fundamento no artigo 32, inciso IV alíneas “d” e “e”. a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para esclarecer sobre um curso de Direitos Humanos ministrado e com questionamentos que violam a intimidade e privacidade dos policiais federais.

JUSTIFICAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 12/08/2024 11:26:33.140 - CSPCCO

REQ n.244/2024

O mister de um Deputado Federal é legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, mormente atos de seus Ministérios.

A inclusão de um questionário sobre identidade política e afinidade partidária em um curso oficial da Polícia Rodoviária Federal (PRF) demonstra atitude anti democrática. Essa prática foi amplamente criticada por diversos motivos.

A PRF é uma instituição de segurança pública que deve manter neutralidade política. A coleta de dados sobre as crenças políticas dos servidores pode gerar um ambiente de trabalho hostil e discriminatório, além de comprometer a imparcialidade na atuação policial.

Questões sobre identidade política e afinidade partidária são de natureza pessoal e sensível. A imposição de tais perguntas em um contexto profissional pode ser vista como uma invasão à privacidade dos servidores.

Há o risco de que os dados coletados sobre as preferências políticas dos servidores sejam utilizados para fins de discriminação, perseguição ou promoção de determinadas ideologias dentro da corporação.

Ao que consta o curso em questão seria sobre direitos humanos, um tema que não se relaciona diretamente com as preferências políticas partidárias individuais. A inclusão do questionário sobre política desviou o foco do curso e gerou desconforto entre os servidores.

A inclusão de um questionário político em um curso da PRF levanta questões importantes sobre a relação entre Estado, política e cidadania. A garantia da neutralidade política nas instituições públicas é fundamental para o funcionamento democrático e para a proteção dos direitos individuais.

De acordo com oficiais da polícia que dialogaram anonimamente com a Folha de S. Paulo, os funcionários estão envergonhados e com medo de responder a essas questões, uma vez que não foram fornecidas explicações sobre o uso dessas informações. Em relação à identidade política, os funcionários devem selecionar uma das seguintes alternativas: extrema esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema direita.



* C D 2 4 5 5 8 6 1 9 3 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

O exposto acima além de demonstrar a necessidade inquestionável da presente Convocação ao Ministro da Justiça, demonstra também a imperiosa necessidade da garantia de direitos constitucionais dos Policiais Federais que deveriam ser respeitados.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 2024

MARCOS POLLON

PL/MS

Apresentação: 12/08/2024 11:26:33.140 - CSPCCO

REQ n.244/2024

